

5. Encontros e desencontros entre teoria e prática

“Enquanto médico pensa que é Deus, jornalista tem certeza.”

(Ricardo Noblat, 2002:28)

5.1. Relativizando o discurso nativo

As entrevistas realizadas com jornalistas brasileiros e norte-americanos e os depoimentos encontrados em livros e demais materiais produzidos por jornalistas e sobre jornalistas ajudaram a apresentar a construção de um discurso que privilegia critérios práticos na formação do caráter do jornalista. As ideias acerca do que significa *ser* e *fazer* jornalismo se definem a partir de uma construção retórica e de atitudes de afastamento com os critérios teóricos e ligação com os práticos.

Apesar da força desta característica para a construção e existência do caráter do jornalista, é preciso relativizar o discurso do nativo, já que, ainda que o jornalista tenha um discurso de valorização da prática e desvalorização da teoria, não é possível tomar esta retórica como uma visão única e definitiva do caráter do grupo. Assim, mesmo que seja importante perceber esta construção discursiva, também é importante percebê-la enquanto construção. Nesse sentido, é necessário entendê-la enquanto uma escolha e percebê-la num mundo mais amplo de possibilidades e que, por esta razão, pode ser relativizada.

Significa que é importante perceber a formação do grupo a partir da reivindicação de certo fatores como sendo peculiares ao grupo, e é relevante que se perceba que estes fatores estão sendo mais valorizados que outros, mas, ao mesmo tempo, isso não significa admitir que aqueles fatores menos valorizados, citados, lembrados e reivindicados não atuam na formação do caráter do grupo.

É preciso relativizar o discurso nativo e analisar se há fatores que, embora não tenham sido lembrados e reconhecidos como importantes na formação do grupo, também participam para a construção e re-construção do caráter do grupo.

Não é à toa que a “curiosidade” serviu para problematizar a construção do caráter do jornalista. A escolha deste quesito por todos os jornalistas entrevistados, também presente em frases e falas no material pesquisado, serve como ponto questionador dos elementos práticos de formação do caráter do jornalista, já que não fica claro como esta definição subjetiva se torna objetiva e “prática” nos discursos dos jornalistas.

O uso do termo “curiosidade” e seu deslocamento para os elementos práticos são uma apropriação discursiva. É a partir da postura retórica do grupo que a “curiosidade” foi incorporada entre os aspectos “práticos” do grupo. Portanto, os elementos que caracterizam o grupo e a própria ideia do que significa prática também se revela a partir de uma construção e não de características intrínsecas ou notoriamente evidentes.

Outras características “práticas” atribuídas ao jornalista tais como “dom”, “faro”, “vocação” e “talento” já davam pistas sobre a transformação de critérios subjetivos em elementos “práticos”. Quando a “curiosidade” se revela em todas as entrevistas e em grande parte das demais fontes pesquisadas, torna-se ainda mais importante a percepção sobre a criação de um caráter que pode ser problematizada por não haver critérios inquestionáveis e de definição óbvia.

Neste capítulo proponho um confronto entre os elementos “práticos” e “teóricos” no que diz respeito à formação do caráter do jornalista. Os desencontros com a “teoria” e os encontros com a “prática” serão colocados em pauta, para uma interpretação mais abrangente do caráter do jornalista. Os termos influentes no caráter do grupo e também os termos considerados exteriores ao grupo serão trazidos à discussão com um novo olhar, cogitando agora possibilidade de interações inesperadas na formação do grupo.

Se aspectos subjetivos foram apropriados pelo grupo e chamados de “práticos”, outros aspectos do grupo “enquadrados” na categoria oposta também podem ser parte desta construção do grupo. Por esta razão, as características negadas ou enaltecidas pelo grupo podem ser problematizadas e percebidas sob uma nova perspectiva.

Com isso, pretendo mostrar que não há como olhar para o grupo simplesmente levando em consideração sua construção discursiva. Suas escolhas são importantes para a análise dos traços que caracterizam o grupo, mas a análise sobre o grupo precisa ir além desta etapa. Não se trata, portanto, de reproduzir e aceitar passivamente o discurso nativo. É preciso um olhar sobre o grupo que não seja apenas seu próprio olhar.

5.2. Encontros e desencontros

A opção do grupo de privilegiar na concepção sobre seu caráter os elementos práticos coloca duas questões: em primeiro lugar, são escolhas. Em segundo lugar, são chamados de “práticos” atributos que poderiam também ser construídos como “teóricos”.

Assim, o caráter do jornalista agrega elementos que vão ganhando aspecto “prático” e formador do caráter do jornalista, a partir das relações e discursos do grupo. Com isso, é preciso perceber quais elementos são escolhidos como formadores do caráter do jornalista, mas também há que se considerar que os atributos negados e não selecionados podem estar mais próximos do caráter grupo do que se imagina. Não escolher e negar certos aspectos não quer dizer necessariamente falta de relação com eles.

O exemplo sobre a construção em torno da “curiosidade” acabou despertando minha percepção para as escolhas aleatórias e formuladas de modo a tender para uma categoria do grupo, no caso, o lado “prático”. Mas durante toda a construção dos aspectos “práticos” e “teóricos” do grupo, da relação com os fatores que podem estar relacionados em uma ou outra categoria, me peguei questionando a produção de sentido dos aspectos selecionados como “práticos” e “teóricos”.

Os aspectos “práticos” e “teóricos” que parecem claramente definidos careciam, a meu ver, de um olhar relativizador sobre esta construção. Um olhar voltado a interpretar a possibilidade de as posições relativas ao caráter do jornalista produzirem encontros com a “teoria” e, porque não, afastamentos com relação à “prática”.

Questionando o sentido de “prática” a partir de termos que me parecem subjetivos, tais como “curiosidade”, “faro”, “talento” e “dom”, encontrei um caminho para contribuir com novos elementos para analisar o caráter do jornalista, levando em consideração aquilo que ele reivindica em seu discurso, conforme apresentado nos dois capítulos anteriores, mas também a partir daquilo que ele não diz.

Para tal, retomarei os elementos “práticos” e “teóricos” selecionados pelos jornalistas e analisarei a partir de alguns exemplos ou indagações como o caráter do grupo também pode promover encontros improváveis com a teoria e desencontros inesperados com a prática.

5.2.1.

Local de trabalho, ambiente interno X Universidade e ambiente externo

A relação de proximidade do jornalista com seu local de trabalho e com tudo aquilo que considera “seu ambiente”, podendo incluir neste critério a rua, pessoas e tudo mais que achar ser “seu”, se define como aspecto peculiar do caráter do grupo. Os locais não reconhecidos pelo grupo, entre eles o espaço universitário, são relacionados aos elementos teóricos e, portanto, distantes ou afastados do caráter do grupo.

Como aspectos subjetivos são vistos como “práticos” na construção do caráter do grupo, a rejeição ao ambiente universitário poderia ser um aspecto, mas ainda assim ter participação na formação deste caráter. Este desencontro poderia ser questionado da mesma maneira que o encontro entre “curiosidade” e “prática” foi posto em questão.

E este questionamento surge em virtude de a grande maioria dos jornalistas entrevistados em ambos os países revelar ter realizado graduação e/ou pós-graduação em cursos de jornalismo. Além dos entrevistados e dos jornalistas citados através de outras fontes, pesquisas brasileiras e norte-americanas apontam que os jornalistas que atuam em grandes centros urbanos tais como o Rio de Janeiro e Nova York possuem, em sua maioria, formação universitária.

A pesquisa brasileira “Perfil do jornalista brasileiro⁴⁷”, que aponta que a região Sudeste possui o maior número de profissionais de jornalismo, com quase sessenta por cento dos profissionais brasileiros, confirmando a relevância da participação do Rio de Janeiro no cenário nacional do jornalismo, também revela que:

Têm formação superior 98,1% dos jornalistas brasileiros. Concluíram ou estão cursando o nível de graduação 57,3% dos profissionais, enquanto 0,4% fazem cursos superiores de tecnologia. Outros 40,4% já têm ou estão em cursos de pós-graduação: 28,2% em especialização, 9,6% em mestrado, 2,2% em doutorado e 0,4% em pós-doutorado (Mick, 2012:43).

Entre os profissionais norte-americanos, o índice de graduados e pós-graduados também é bastante significativo. A pesquisa “The American Journalist in the 21st Century” (2007) indica que 89% dos jornalistas norte-americanos possuem nível universitário em cursos de Jornalismo ou Comunicação de Massa e 36% possuem pós-graduação na área de Jornalismo.

Estes dados ajudam a mostrar que a passagem dos profissionais por instituições de ensino, reivindicadas ou não como relevantes para a formação de seu caráter, faz parte da formação do indivíduo que virá a se tornar um jornalista.

Ambos os estudos também apontam o aumento do número de cursos de Jornalismo e a crescente necessidade desta formação para inserção no mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, setenta e cinco por cento dos profissionais contratados entre 1998 e 2002 haviam se graduado em cursos de Jornalismo ou Comunicação de Massa (Weaver, 2002:43). O que mostra que o grupo, embora não queira atribuir o conhecimento acadêmico à formação de seu caráter, tem grande relação com o ambiente universitário e, principalmente, com cursos relacionados a jornalismo e mídia.

Além disso, é durante período universitário que muitas referências que parecem não fazer parte do caráter do grupo são apresentadas ao futuro profissional. Disciplinas, docentes, meios de comunicação, discussões sobre

⁴⁷ A pesquisa realizada em 2012 pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e com apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), entrevistou, através de uma enquete em rede, dois mil setecentos e trinta e um jornalistas brasileiros (Mick, 2012:15,16).

mídias, simulações de aspectos técnicos relacionados ao jornalismo são exemplos de atividades realizadas em cursos universitários e que, apesar não relacionadas à lista dos fatores que conferem sentido ao grupo, participam da formação profissional do jornalista.

A escolha do desencontro com as atividades acadêmicas pode estar relacionada à sensação de que a universidade simula a realidade que encontram quando estão na prática da profissão. Não significa, contudo, pelo fato de não reproduzir um retrato esperado da realidade, que não haja impacto do ambiente acadêmico sobre o futuro jornalista. No entanto, esta percepção de que o ambiente acadêmico não reflete a prática profissional resulta na escolha do período acadêmico como algo que não faz parte do caráter do grupo.

O que se percebe, então, é que há uma expectativa, por parte do jornalista, de que o que se simula no ambiente acadêmico corresponda exatamente ao mundo profissional. No entanto, as tentativas de simular o mundo nunca serão, de fato, o mundo. E, portanto, a busca pela imagem perfeita, pelo reflexo entre o ensino acadêmico e a prática jornalística, ao não se concretizar, provoca esse afastamento entre o ambiente universitário e a construção do caráter do jornalista. A frustração do jornalista com relação às experiências acadêmicas para elas não serem percebidas como úteis e, principalmente, integrantes do caráter do jornalista, está relacionada a uma ideia de que o mundo universitário deveria ser uma representação fiel ou a mais próxima possível do mundo do trabalho.

O que o ensino acadêmico se esforça para produzir como simulação da realidade se torna, na visão dos jornalistas, um simulacro. Ou seja, enquanto a universidade propõe ao aluno uma formação que cogita diversas formas de atuação através de disciplinas, técnicas, professores e atividades que ajudem o futuro profissional em variadas situações ligadas ao jornalismo (simulações), o jornalista entende esta atuação como sendo uma fantasia que se cria e que não representa a realidade (simulacro)⁴⁸.

⁴⁸ O sociólogo Jean Baudrillard em **Simulacros e simulação** (1991) apresenta de maneira mais complexa o conceito de “simulacro” e “simulação” e as estratégias de construção da realidade a partir destes conceitos. Suas interpretações sobre as possíveis cópias do real a partir das simulações e simulacros não se limita ao modo como estou tratando os conceitos aqui. Neste

Há uma expectativa de que o que é apresentado no ensino universitário corresponda, em certo sentido, àquilo que será a experiência no mundo real. E a não correspondência cria no grupo uma frustração. Porém, não há como simular tantas possibilidades que serão reveladas no mundo do trabalho e também aquelas que surgirão nas interpretações dos indivíduos. As simulações escolhidas na atividade universitária fazem parte de um universo de vivências do qual não se pode dar conta.

A expectativa de ser a atividade acadêmica um “reflexo da realidade profunda” (Baudrillard, 1991:13) não se confirma nem se pode confirmar, já que não há como representar tantos mundos possíveis e que se encaixem nas experiências do grupo.

A universidade se aproxima, na versão dos jornalistas, da Disneylândia, de Jean Baudrillard, por se tratar de local onde existe a tentativa de produzir um modelo através de “tipos de simulacros”, de fantasias que remetem à realidade. A Disneylândia, assim como o ensino universitário, produz um “mundo imaginário” que tenta se associar ao modelo real:

É antes de mais nada um jogo de ilusões e de fantasmas: os Piratas, a Fronteira, o Future World, etc. (...) [um] mundo imaginário [que tenta produzir uma] seleção do American way of life (Baudrillard, 1991:20).

Os parques de diversão atuam, assim como o ensino universitário, como um local onde se fala do real, onde se produz uma ideia sobre o real, mas, no imaginário do grupo, essa não passa de uma tentativa frustrada de tratar do real. A tentativa de trazer aspectos relacionados à realidade é, no entendimento do grupo, fracassada no momento em que não se apresenta nem mesmo como uma simulação das atividades práticas da profissão. São simulacros, pois apresentam formas de reproduzir situações que não são compreendidas, autorizadas e apropriadas pelo grupo.

trabalho, me ateno a desenvolver a ideia de que o simulacro faz parte da percepção de um grupo a respeito da existência um ponto de vista equivocado, mal formulado, mal apresentado e fantasioso da realidade, enquanto a simulação representaria a forma mais aceita, mais “respeitosa” de olhar e interpretar as ações que expõem experiências do real.

5.2.2. Vocação, dom X Diploma, certificado acadêmico

Entre as habilidades estabelecidas no grupo para que um indivíduo se torne um “bom jornalista” estão a existência de uma vocação e um dom para a profissão. O diploma acadêmico, que comprova a formação do profissional e que poderia ser agregado como elemento confirmador da formação e habilidade jornalística, não é enaltecido na construção retórica do grupo.

Ainda assim, a relação entre jornalistas e diplomas acadêmicos parece se estreitar cada vez mais. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a quantidade de jornalistas com estes certificados supera em grande número a quantidade de profissionais que atua sem diploma.

Em “Perfil do jornalista brasileiro”, a maioria dos jornalistas entrevistados (55,3%) se declarou “a favor da exigência de formação superior específica em Jornalismo para o exercício da profissão” (Mick, 2012:40). Contudo, este argumento favorável ao diploma, segundo os jornalistas entrevistados pela pesquisa, se dá por ser ele um “instrumento de luta trabalhista e não medidor da competência de ninguém” (Idem, p.41).

Em “Ser jornalista no Brasil”, o debate caminha também no sentido de pensar outras atribuições para o valor do diploma acadêmico na formação do caráter do grupo, já que “tanto o diploma quanto o próprio curso superior estão cercados de instabilidades no que diz respeito à força deles na construção da identidade dos jornalistas brasileiros” (Lopes, 2013:10).

O diploma não é valorizado como comprovante das habilidades aprendidas e apreendidas para uso no mundo do trabalho tal qual em outros cursos universitários. Ele serve como um mecanismo de segurança do grupo e de acesso ao grupo. Ou seja, atua como protetor do grupo, pois é necessário para atuação na área, e também seleciona aqueles que fazem parte do grupo. É, antes de tudo, selecionador dos integrantes do grupo. Não tem como função principal servir de registro das competências do “bom jornalista”.

Mesmo não servindo enquanto integrante, enquanto formador do caráter do jornalista, a entrada dos jornalistas no grupo está cada vez mais condicionada ao diploma. Os jornalistas possuem, então, um discurso a favor da exigência do diploma para a atuação na área e, ao mesmo tempo, o dispensam na formação do caráter do grupo. O diploma⁴⁹ se agrega ao grupo enquanto critério de inserção, mas não confere, em si, uma autoridade, um atestado de “bom jornalista”.

No caso dos profissionais norte-americanos, a relação é semelhante: este elemento também é afastado retoricamente do caráter do jornalista, mas tampouco lhe é distante. O diploma se revela nos Estados Unidos, assim como no Brasil, como um fator de agrupamento dos profissionais, tendo em vista o número de profissionais com diploma de Jornalismo e a quantidade de escolas de Jornalismo existentes no país. Em 1971, duzentas universidades ofereciam cursos graduação e/ou pós-graduação na área de Jornalismo; em 1982 o número já havia subido para trezentos e quatro programas; em 1992, havia quatrocentos e treze programas no país e no ano de 2002 o número de cursos chegou a quatrocentos e sessenta e três⁵⁰.

O crescimento de cursos de Jornalismo também impulsionou a relação do diploma com o mercado de trabalho, fazendo com que as redações e demais ambientes jornalísticos ficassem cada vez mais povoados por detentores de diploma de Jornalismo. Com isso, o diploma ganha um novo significado e seu uso, sua apropriação, seu novo sentido é produzido pelo grupo sob critérios que ajudam a definir o caráter do jornalista. Se pensarmos no diploma como um “convite” ou uma “autorização” de entrada no grupo, podemos pensar que, para perceber quem são os “bons jornalistas”, através de exemplos do “dom” e da “vocação”, é preciso primeiro que eles sejam parte do grupo, que sejam aceitos. Ou seja, o diploma ganha papel relevante no caráter do grupo ao ser identificado como um elemento de inserção e de unificação.

⁴⁹ Para saber mais sobre o tema, ver Fernanda de Lima Lopes em **Ser jornalista no Brasil** (2013), onde a autora discute a identidade profissional do jornalista e a necessidade do diploma para atuação na área.

⁵⁰ Weaver, 2007:32.

5.2.3.

Habilidade de produzir informação X Dificuldade de produzir informação

O que distingue o jornalista dos demais indivíduos? Nas respostas de muitos jornalistas, haveria a defesa da “habilidade de produzir informação”. Sob o argumento da existência de uma “habilidade extraordinária” do jornalista para encontrar, filtrar e produzir informação como distintiva do grupo perante os demais indivíduos, é construído e reforçado mais um critério de seu caráter.

Segundo Paul Starr, em “Goodbye to the age of newspapers”, a função diária do jornalista de “separar rumores dos fatos permanece vital” (Starr, 2011:32)⁵¹, mas esta autoridade vem sendo questionada e a condição do jornalista enquanto detentor da habilidade de produzir informação esbarra em outros grupos, outras “autoridades” que também se apresentam neste espaço que apenas o jornalista gostaria de ocupar.

Para Muniz Sodré, em “Os neojornalistas estão chegando”, a autoridade do jornalista sempre foi “dividida” com outros grupos sociais. Isso ocorria desde a época em que:

os jornais abrigavam tradicionalmente intelectuais oriundos do mundo das Letras ou da Academia stricto sensu” [até os dias de hoje quando] “blogs e twitters estão aí para demonstrar que qualquer indivíduo, munido de computador e devidamente “antelado”, é, no mínimo, um ‘protojornalista’, isto é, uma fonte de informação ou de opinião conversível em discurso social” (Sodré, 2010).

Em “O livro no jornal”, Isabel Travancas destaca o trânsito de outros profissionais pelo jornal. Escritores, professores universitários e acadêmicos estão entre os grupos sociais que atuavam e ainda atuam nos periódicos. Há, segundo a autora, em espaços do jornal, disputas

inclusive de prestígio, entre ocupações distintas. Os especialistas afirmam muitas vezes que os jornalistas são ‘especializados em generalidades’ e os profissionais de imprensa criticam a forma da escrita daqueles intelectuais, que não escrevem para o público do jornal nem com uma linguagem clara e objetiva (Travancas, 2001:130,131).

A exaltação de uma da habilidade de lidar com a notícia se torna parte da produção de um critério de distinção e defesa do grupo quanto à presença de

⁵¹ Tradução minha do idioma inglês para português.

outros profissionais no espaço de produção de informação e da possibilidade destes “competidores” alcançarem uma autoridade que deveria ser conferida somente ao jornalista. Dessa forma, ter como caráter, como característica, a habilidade de produzir a informação é uma maneira de se diferenciar dos demais indivíduos, inclusive daqueles que tentam “invadir” o espaço do jornalista.

Isso não significa que outros grupos não possam selecionar, produzir e divulgar informações. O que se revela é que esta é uma reação do grupo para a manutenção de sua autoridade e relevância social, onde os critérios para que se produza algo que pode ser chamado de informação tenha que passar pelo “filtro jornalístico”.

5.2.4.

Talento para a escrita, faro jornalístico X Influência dos capitais escolar e familiar e do pertencimento a uma classe social

As ferramentas do “bom jornalista”, entre elas o talento e o faro, se sobrepõem ao fato de os profissionais possuírem capitais familiares e escolares semelhantes. Os indivíduos que escolheram o jornalismo tiveram acesso a condições sociais proporcionadas pela família e a escolas que os ajudaram a eleger este caminho profissional. Esta possibilidade de escolha faz parte de um campo de opções mais acessível a certos grupos sociais.

Assim, a construção do grupo dos jornalistas começa a se formar bem antes do que eles cogitam; as condições sociais e escolares dos indivíduos influenciam posteriormente as possibilidades de vida que os indivíduos terão. O acesso a um certo conjunto de bens materiais e simbólicos faz com que indivíduos possam se tornar jornalistas. São condições que facilitam e proporcionam a chance de o jornalismo ser uma opção de trabalho.

As características do faro e do talento, compreendidas como intrínsecas, se ancoram, na verdade, em bens adquiridos ao longo da vida, que propiciam o surgimento destas habilidades. Segundo Pierre Bourdieu, em “A distinção”, a ordenação de pessoas em classes ou frações de classe, que se constrói a partir de práticas mais ou menos conscientes, depende das condições simbólicas e materiais dadas aos indivíduos. São modelos de organização de grupos em campos

possíveis. Os capitais herdados levam a um “feixe de trajetórias” (2008:104) previsível, já que escolhas profissionais estão associadas ao “volume de capital” (Idem, p.107)⁵² adquirido e incorporado pelo indivíduo.

No texto “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, Bourdieu relaciona a posição social do indivíduo a um sistema de valores influenciado por sua trajetória da vida (capital familiar) e interiorização de bens simbólicos, que se constrói também a partir do acesso a um modelo de educação (capital escolar):

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. (Bourdieu, 2005:42).

5.2.5.

Grupo de jornalistas x Público geral, senso comum, sociedade

A visão autocentrada e autorreferencial do jornalista também pode ser notada na relação que o grupo constrói com a notícia, num discurso que atribui a ele a descoberta de fatos relevantes, e também a partir da construção de modelos de bons jornalistas, figuras que representam, que personificam formas ideais de *ser e fazer* jornalismo.

O grupo entende que são eles que descobrem a notícia e também criam entre eles figuras internas que servem de referencial, de exemplo de atuação. Com isso, criam uma lógica interna que se sobrepõe à externa e tratam os elementos de “fora” como coadjuvantes.

A frase de Samuel Wainer: “Sempre achei que é o mundo que está à espera de um jornalista, não o contrário” (1987:91), escolhida como destaque do capítulo anterior, corrobora esta construção voltada primeiramente para as ações e indivíduos relativos ao grupo. E, ainda que os indivíduos e ações externas possam

⁵² Para Bourdieu, o indivíduo possui um “conjunto de recursos”, de bens materiais e simbólicos que contribuem para a formação de seu capital cultural. O que chama de “capital cultural objetivado” (adquirido) diz respeito a bens apropriados e que podem ser transmitidos materialmente, enquanto o “capital incorporado (*habitus*)” diz respeito aos bens simbólicos, às formas de interiorizar, de incorporar o capital cultural, mantendo a lógica e estrutura do grupo. Para uma discussão mais profunda sobre o tema, ver **Os três estados do capital cultural**, 2005.

“servir” ao grupo, elas não são valorizadas em sua influência na formação de seu caráter.

Com isso há duas questões que precisam ser analisadas: a problematização sobre o papel da sociedade (mundo externo) na formação do caráter do jornalista e sua atuação autônoma na seleção de notícias, dos fatos a serem divulgados⁵³. O discurso do jornalista de apropriação do mundo externo e de autonomia para produção da notícia esbarra em questões cruciais do campo jornalístico, já que a relação do grupo com “o outro” ou “os outros” é tão constitutiva do caráter do grupo que não se pode supor algum distanciamento entre eles.

Para Rodney Benson e Erik Neveu, em “Bourdieu and the journalistic field”, o campo jornalístico tem sua existência condicionada a modelos de sociedade que organizam sua existência. Ele existe em relação à sociedade e não anterior, afastado ou utilizando dela. Além disso, o campo jornalístico tem sua existência condicionada a grupos sociais, econômicos e culturais com tipos distintos de “caráter”.

Os autores utilizam conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu para apresentar o campo jornalístico como um espaço de produção cultural e econômica que representa aspectos sociais amplos da sociedade onde atua e como um campo influenciado e de existência condicionada a diversos campos.

Ainda que, segundo Benson e Neveu, o campo tenha, sim, suas características e uma “autonomia necessária”, um modo de atuação com características peculiares, pois através dela é possível perceber as práticas do campo, trata-se também de um “microcosmo” capaz de representar um universo

⁵³ É importante que se entenda que se trata da problematização de uma escolha discursiva, de um privilégio dado a certos elementos. Não significa que o jornalista não cogite a participação do ambiente externo, dos fatores sociais em seu trabalho. Esta divisão, bem como todas as outras aqui produzidas são “tipos ideais” que valorizam critérios selecionados para formação do caráter aqui definidos como “práticos” em oposição aos “teóricos”. Com isso, afastar-se de certos aspectos não significa ignorar sua existência e, por que não, participação na formação do grupo. Portanto, trata-se de uma “organização ideal” de aspectos que se aproximam e se afastam do grupo, a partir do discurso produzido pelas vozes nativas.

social mais amplo e que também se relaciona com diversos campos para continuar existindo⁵⁴.

Michael Schudson, em “Autonomy from What?”, destaca que há grupos que são mais orientados por lógicas internas na maneira de se relacionar com o mundo externo em suas extensões sociais, econômicas e políticas⁵⁵. Para Schudson, essa lógica de relacionamento se aplica ao campo jornalístico, mas ela é mais complexa do que parece.

O autor apresenta episódios históricos que mostram exemplos de subserviência do campo ao Estado e ao mercado, que dissolvem o “muro de separação” entre o campo jornalístico e interesses políticos e econômicos. Dessa forma, o campo é vulnerável, pois depende do mercado e do Estado de maneiras distintas e não é possível definir até que ponto há autonomia na produção de informação.

Esta autonomia faz parte, para Schudson, de um discurso de defesa de uma “esfera autônoma” que não se sustenta e a escolha por se fechar em uma lógica interna não se apresenta como solução para pensar os desafios do jornalismo, entre eles que tipo de relação deve ser estabelecida com o mercado e o Estado, tendo em vista que participam dos modos de *ser* e *fazer* jornalismo.

A lógica interna que busca afastar a relação entre o jornalismo e a lógica empresarial e sua influência política na sociedade ganha forma no discurso do jornalista Ricardo Noblat, em “A arte de fazer um jornal diário”, quando afirma que:

jornalismo nada tem a ver com essas corporações. Elas reconhecem o impacto poderoso da mídia no processo político. Sabem quanto a mídia ajuda a formar opinião sobre assuntos públicos. E querem por meio dela influenciar governos, ampliar seus negócios e lucrar mais (Noblat, 2002:22).

O que o jornalista apresenta é o contrário do desafio proposto por Schudson, já que Noblat isenta aqueles que praticam o que chama de “bom jornalismo” da proximidade com intenções políticas e econômicas. Contudo, seria

⁵⁴ Argumento desenvolvido em “Field Theory as a Work in Progress” (p.02 e 25). In: **Bourdieu and the journalistic field**, 2005.

⁵⁵ Argumento desenvolvido em “Autonomy from What?” (p.214 e 223)”. In: **Idem**.

mais relevante pensar a responsabilidade e o papel do jornalismo em suas conexões e impactos na sociedade, pois admitir a atuação do jornalismo em meio a questões políticas e econômicas não desmerece o grupo, pelo contrário, legitima a existência do jornalismo, pois a atividade jornalística, se descolada da realidade social, estaria atuando de modo paralelo à sociedade e não inserida no contexto social.

Para Patrick Champagne (2005)⁵⁶, apesar de todos os esforços do campo jornalístico para profissionalizar suas atividades e desenvolver escolas de jornalismo que reforcem que o trabalho deve ser submetido apenas a pareceres intelectuais e técnicos, a autonomia jornalística tem limites que esbarram nas dependências políticas e econômicas. Champagne enfatiza as dificuldades de um campo que atua na fronteira entre as relações econômicas e políticas e o público, assumindo um papel de mediador.

Nesse sentido, o campo jornalístico não pode ser pensado sem levar em consideração sua relação com aspectos econômicos, tais como o volume de vendas de um jornal, interesses empresariais dos grupos de mídia, as propagandas estampadas nos periódicos, entre outros. E tampouco pode existir sem estar associado ao papel de formador de opinião pública, a partir dos fatos que anuncia. Nada mais político que isso⁵⁷.

A pesquisa de doutorado de Jorge Claudio Ribeiro (1994)⁵⁸ também buscou discutir como a “dimensão empresarial e política dos jornais se articula com a vivência profissional dos jornalistas” (p.16). Através do estudo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, Ribeiro interpreta a complexa relação

⁵⁶ Argumento desenvolvido em “The ‘Double Dependency’: the Journalistic Field Between Politics and Markets”, *In: Bourdieu and the journalistic field*, 2005.

⁵⁷ A dimensão e o impacto dos aspectos econômicos e políticos no jornalismo é bastante complexa e merece uma discussão mais ampla e bem desenhada que a discussão realizada neste trecho. O que pretendo destacar aqui é a escolha discursiva e formadora do caráter a partir da ideia de existência de uma lógica interna mais valorizada que outros aspectos. Os exemplos servem somente para ilustrar que esta lógica não pode nem consegue atuar descolada de suas relações políticas e econômicas. Também serve para explicitar que a escolha dos elementos de formação do caráter do grupo poderiam se basear em outros aspectos, até mesmo naqueles que se afastam do grupo, já que é possível notar a interação com atributos que foram afastados.

⁵⁸ Para saber mais, ver RIBEIRO, Jorge Claudio. **A religião do jornalismo**, 2007, e **Sempre alerta. Condições e Contradições do trabalho jornalístico**, 1994.

do jornalista com os demais grupos e interesses existentes dentro e fora dos jornais.

Para o autor, a devoção do jornalista ao seu grupo, valores e práticas ajuda a apresentar aspectos relativos ao grupo, mas, ao mesmo tempo, se apresenta como uma reação a valores e práticas com as quais precisa conviver e que permeiam seus modos de *ser e fazer* jornalismo, mesmo sem serem reivindicados.

5.2.6.

Mundo do trabalho sem rotina X Mundo do trabalho rotinizado

Não ter rotina de trabalho. Este é um elemento que caracteriza o jornalista e que o diferencia dos demais tipos de trabalhadores. Esta “rotina de não ter rotina” faz parte da definição do grupo e o diferencia dos outros indivíduos.

A chance de encontrar algo novo para relatar todos os dias pode ser relativizada, já que existem processos rotinizados de elaboração e divulgação das notícias e também por ser a seleção dos fatos uma escolha dentre muitas. Dessa forma, o fazer jornalístico está atrelado a tarefas rotinizadas e também a escolhas definidas, não sendo a divulgação dos fatos puramente definida a partir de episódios inesperados, ou selecionadas de forma aleatória.

O funcionamento de uma redação, local, segundo Isabel Travancas (1993), bastante peculiar do jornalista, possui processos bem definidos de funcionamento, sendo dividido entre categorias de jornalistas, editorias, “em muitos casos, cada editoria tem um detalhe que a diferencia das demais” (p.25) e profissionais de outras áreas, por exemplo.

Também há, na atividade diária do jornalista, rotinas de trabalho que se estabelecem na relação com os demais profissionais da redação e também com a produção da notícia. Para Travancas, ao acompanhar a rotina de uma redação, é possível até mesmo identificar horários mais ou menos movimentados que identificam a rotina do local:

A redação, embora funcione 24 horas por dia, tem seus momentos de pique. Em torno de 7 horas da manhã, há poucas pessoas na sala. Ali se encontram o chefe de reportagem, o pauteiro, alguns contínuos e os primeiros repórteres da manhã que começam a chegar, sem falar nos que trabalham de madrugada. Por volta

das 10 horas o movimento já é grande e o barulho, intenso. Entre 11 da manhã e 4 da tarde o período é de ‘calmaria’, quando os repórteres estão na rua e os redatores ainda não chegaram. Depois das 16 até as 20 ou 20h30, o movimento vai não só aumentando como se intensificando, e a ansiedade crescendo; vêm-se várias pessoas correndo de um lado para outro, ouvem-se gritos aflitos, motivados pela tensão. Está próximo o momento de fechamento do jornal, que não espera ninguém – é o deadline (linha da morte), ou seja, prazo fatal. (...) Passado esse clímax, aos poucos a redação vai se esvaziando, silenciando, e por volta das 10 horas da noite ela já está com mais da metade de seus terminais desocupados e parados. É a hora da conversa amena, dos comentários sobre o dia, a pauta e as coberturas; e para muitos a hora do chope relaxante que amortece mais um dia de tensão” (Idem, 1993:31).

A seleção das notícias e seu processo de produção também não são tão imprevisíveis. Reuniões de pauta, eventos agendados ou aguardados, temas sempre presentes nos noticiários são exemplos de fatos que serão abordados dentro de uma organização prévia. Ou seja, muitas notícias divulgadas nos jornais fazem parte de pesquisa, escolha e apuração anteriores e exigem uma preparação, uma rotina, para sua confecção.

No próprio discurso dos jornalistas entrevistados e pesquisados em outras fontes, muitos processos e temas são retratados em rotinas de trabalho. São viagens, datas importantes, eventos que ocorrem em momentos específicos, editorias que desdobram assuntos já apurados. Além disso, muitas “matérias frias” são feitas por jornalistas para serem usadas caso necessário. São temas atemporais que se tornam matéria caso haja espaço a ser preenchido no jornal. Também existe no trabalho jornalístico a rotina de pesquisa, já que os profissionais não podem ir às ruas para entrevistar alguém ou cobrir um evento sem saber antes do que se trata.

Durante o tempo em que trabalhei em um jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, havia a expectativa pelas novidades, pelos furos, pelas notícias inesperadas que poderiam mudar o dia da redação e movimentar todo o jornal. Mas, ao mesmo tempo, escrevíamos matérias que poderiam ser veiculadas em qualquer dia da semana e realizávamos pesquisas sobre futuros temas e sobre pautas já organizadas. Uma das coisas que meus amigos não jornalistas achavam engraçado e mórbido eram meus relatos de “preparação de mortes”. Recolhíamos material, fotos, depoimentos e tudo mais que fosse interessar sobre a vida de algumas celebridades que tinham chance de morrer num futuro próximo e os

deixávamos em arquivos, para que a matéria sobre aquela pessoa pudesse ser feita de maneira mais rápida. Nos bastidores da redação havia, inclusive, o boato de que o dono do jornal concorrente havia proibido seus funcionários de fazerem a preparação antecipada de sua morte. No nosso caso, não posso dizer o mesmo...

5.2.7. Compromisso X Remuneração

Estudos qualitativos que investigaram a formação da identidade do jornalista, como Travancas (1993) e Ribeiro (1994), apontaram que ser jornalista não implica apenas em uma opção profissional; trata-se de uma escolha de vida que cria uma “identidade comum (...), um *estilo de vida e visão de mundo* próprios” (Travancas, 1993:84). Segundo Travancas (1993) e Ribeiro (1994), o jornalista transformou o mundo do trabalho em sua Casa. Ele

faz um investimento afetivo tão grande no emprego que ele se transforma em Casa (...) e a vida privada do jornalista, relegada a segundo plano transforma-se em Rua (Ribeiro, 1994:171).

A análise dos autores, que se baseia nas categorias sociológicas desenvolvidas por Roberto DaMatta, de Casa e Rua⁵⁹, revela que a Casa representa o mundo das relações pessoais, “é o lugar da pureza, do controle, da ordem, frequentada pela Pessoa identificada, onde prevalecem as relações de favor, de simpatia, de igualitarismo e de afetividade” (Idem, 1994:170)⁶⁰, enquanto a Rua representa o lugar das leis impessoais, das regras que valem para todos, onde somos apenas “anônimos e desgarrados” (DaMatta, 1997:20)⁶¹.

Entre os aspectos comuns ao grupo e que dão sentido à vida do jornalista dentro e fora do mundo do trabalho, está o entendimento de ser esta profissão uma missão. Uma noção de compromisso, responsabilidade e sacrifício que o acompanha em todos os momentos da vida. E esta missão é cumprida a partir do reconhecimento de valores internos reforçados através da aceitação dos pares e da repercussão dos trabalhos realizados.

⁵⁹ São categorias que devem ser interpretadas não como um espaço físico e sim como um sistema classificatório de pensamentos e valores sociais.

⁶⁰ Interpretação de Jorge Claudio Ribeiro (1994) sobre categoria Casa formulada por Roberto DaMatta (1997).

⁶¹ Para saber mais ver **A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**, 1997.

Por outro lado, a questão salarial não se apresenta como fator primordial de reconhecimento de um “bom jornalista”, nem serviu de motivação para a escolha ou continuidade na profissão. Pelo contrário. Outros tipos de *status* são atribuídos ao grupo e mais valorizados em seu reconhecimento. Nesse sentido, o trabalho do jornalista e o sentido de missão fazem parte do universo do grupo (Casa), enquanto o salário e o *status* financeiro como formas de reconhecimento profissional se afastam do grupo (Rua).

Ainda que os aspectos financeiros não assumam papel relevante nos discursos de formação do caráter do jornalista, pesquisas⁶² quantitativas e qualitativas apontam que o grupo é, em sua maioria, formado por indivíduos das camadas médias urbanas e que se mantêm nas camadas médias urbanas a partir desta escolha profissional. Esta manutenção também se dá, entre outros fatores, a partir de um recorte financeiro.

Críticos da postura jornalística na abordagem sobre aspectos econômicos, como o jornalista Michael Wolff⁶³, tentam provocar discussões no sentido de propor que o jornalismo também é uma profissão reconhecida a partir do *status* financeiro do profissional. Para Wolff, o custo de formação acadêmica precisa produzir retorno na vida profissional do jornalista e é possível produzir associação entre reconhecimento financeiro e “bom jornalismo”.

⁶² Ver 1. BECKER, Lee B. & VLAD, Tudor. & SIMPSON, Holly Anne. (org.) **Annual Survey of Journalism & Mass Communication Enrollments**. Grady College of Journalism & Mass Communication, University of Georgia, 2013; MICK, Jacques. (coord.) **Perfil do jornalista brasileiro. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012, 2013**; NONATO, Cláudia. & GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**, 2013; RIBEIRO, Jorge Claudio. **Sempre alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico**, 1994; TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**, 1993; WEAVER, David. (org.) **The American Journalist in the 21st Century. U.S. News People at the Dawn of a New Millennium**, 2007.

⁶³ WOLFF, Michael. **Class Dismissed**, 2002. Opinião desenvolvida também no evento acadêmico: **Emily Bell in conversation with Michael Wolff**, na Columbia Journalism School, em Nova York, no ano de 2013.